

ANO I - EDIÇÃO Nº 83 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 12 de julho de 2016.

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 555/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e considerando o processo de remoção de servidores no Ministério Público do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER o servidor FREDSON MOREIRA FREITAS, Oficial de Diligências, matrícula nº 121913, da sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins para a sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, a partir de 11 de julho de 2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de julho de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### APOSTILA Nº 005/2016/CHGAB/DG

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 04, de 17 de janeiro de 2013, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Apostilar o Ato CHGAB/DG nº 009/2016, publicado no DOMP/TO nº 43, de 12/05/2016, referente a Progressão Funcional Horizontal ou Vertical dos servidores efetivos e estáveis do Ministério Público do Estado do Tocantins, respectivamente.

Art. 1º. No Ato CHGAB/DG no 009/2016, de 10 de maio de 2016:

Onde se lê:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
19398	Liliane Bezerra de Sousa	Técnico Ministerial Especializado	EB7	EB8	25/04/2016
72507	Divino Alves de Lima	Oficial de Diligências	EB1	EB2	26/04/2016

Leia-se:

Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
19398	Liliane Bezerra de Sousa	Técnico Ministerial Especializado	FB7	FB8	25/04/2016
72507	Divino Alves de Lima	Oficial de Diligências	GB1	GB2	26/04/2016

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de julho de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO N.º 001/2016 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 001/2016

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8º, § 1º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº. 008/2015

FATOS EM APURAÇÃO: Fiscalizar, acompanhar a criação, implantação, implementação, aparelhamento e o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso nos sete municípios que englobam a Comarca de Araguaína (Araguaína, Araganã, Aragominas, Carmolândia, Muricilândia, Nova Olinda e Santa Fé do Araguaia), conforme determinado nas leis federais n.º 8.842/94 e 10.741/03;

INVESTIGADOS: Municípios que englobam a Comarca de Araguaína (Araguaína, Araganã, Aragominas, Carmolândia, Muricilândia, Nova Olinda e Santa Fé do Araguaia)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 07 de julho de 2016.

### EXTRATO N.º 002/2016 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 002/2016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILTON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procurador de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres  
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8º, § 1º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.  
ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 004/2015  
FATOS EM APURAÇÃO: Fiscalizar, acompanhar a criação, implantação, implementação, aparelhamento e o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso nos sete municípios que englobam a Comarca de Araguaína (Araguaína, Araguanã, Aragominas, Carmolândia, Muricilândia, Nova Olinda e Santa Fé do Araguaia), conforme determinado nas leis federais n.º 8.842/94 e 10.741/03;  
INVESTIGADOS: Municípios que englobam a Comarca de Araguaína (Araguaína, Araguanã, Aragominas, Carmolândia, Muricilândia, Nova Olinda e Santa Fé do Araguaia)  
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 07 de julho de 2016.

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 047/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, 10º, 11º, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0112

FATO(S) EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelos investigados, tipificados nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei Federal nº 8.429/92, em decorrência dos seguintes fatos:

- conferir tratamento desigual e pessoal no que tange à concessão de alvarás para instalação e funcionamento de postos de abastecimento de combustível no Município de Palmas;
  - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício relativamente à confecção de Carta de Anuência pelo Chefe do Poder Executivo acerca do desmembramento de imóvel rural para construção de posto de abastecimento de combustível;
- INVESTIGADO(S): a) Prefeito Municipal de Palmas, Sr. Carlos Enrique Franco Amastha; b) Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Fundação de Meio Ambiente – SEMDU, Sr. José Messias Souza; c) eventuais servidores públicos do Município de Palmas.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 07 de julho de 2016.

EDSON AZAMBUJA  
Promotor de Justiça

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI-TO

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração de Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 27/2016

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93; Lei Complementar Estadual nº 51/2008.

ORIGEM: De ofício

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Saúde (10064) / Hospitais e outras Unidades de Saúde (11856).

FATO EM APURAÇÃO: "Apurar se as instituições públicas e privadas de saúde, situadas no Município de Gurupi, estão observando, em sua plenitude, o direito ao parto humanizado às mulheres em seu período gravídico-puerperal".

REPRESENTADOS: Instituições Públicas e Privadas de Saúde

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

situadas no Município de Gurupi.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 06 de julho de 2016.  
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 06/07/2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 16/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 28/2016

INVESTIGANTE: 6.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

ORIGEM: De ofício

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) > Serviços (10028) > Saúde (10064) > Hospitais e outras Unidades de Saúde (11856)

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar se as instituições públicas e privadas de saúde, situadas no Município de Gurupi-TO, que atendam gestantes em alto risco, dispõem de UTI neonatal adequada e com a devida estrutura hospitalar.

REPRESENTADO: Instituições públicas e privadas situadas no município de Gurupi/TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Saúde Pública

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 06 de julho de 2016.  
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 06/07/2017

### 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 001/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Art. 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Notícia de Fato 031/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a situação de risco da menor S. F.A.

INVESTIGADO (S): Sinelida Fonseca da Rocha

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 28 de junho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 002/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

ORIGEM: Notícia de Fato 020/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco da menor A.M.A.

INVESTIGADO (S): Valdirene Alves Rodrigues

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 28 de junho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 003/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

ORIGEM: De ofício

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar possível violação aos direitos dos adolescentes internados na Clínica Fênix, que teria ocasionado uma rebelião no dia 26/06/16, com a fuga de diversos internos, até o momento não localizados.

INVESTIGADO (S): Clínica Fênix

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 30 de junho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 004/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 013/2015

FATO (S) EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades ocorridas durante a eleição dos membros do Conselho Tutelar de Porto Nacional, importando em grave vício à legalidade do pleito.

INVESTIGADO (S): Conselho Tutelar de Porto Nacional

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 30 de junho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 005/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: De ofício

FATO (S) EM APURAÇÃO: irregularidades na estrutura física da Casa de Passagem Tia Messias, bem como no treinamento dos servidores e no funcionamento do local, por ausência de plano pedagógico, PIA e prontuário individual, dentre outros, que prejudicam o adequado atendimento às crianças e adolescentes abrigados.

INVESTIGADO (S): Casa de Passagem Tia Messias Braga

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 01 de julho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 006/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da

Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 050/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: situação de risco da criança A.P.N.M. decorrente de suposta negligência por parte da genitora, bem como possível ameaça e abuso sexual por ela sofrido.

INVESTIGADO (S): Cristhyane Maria de Neiva e Altamir Rodrigues Batista Júnior

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de junho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 007/2016

INVESTIGANTE: Luma Gomides de Souza

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 021/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: situação de risco da adolescente A.S.S.O., supostamente vítima de estupro de vulnerável.

INVESTIGADO (S): Ignorado

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 01 de julho de 2016.

## 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

#### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 01/2015 em Inquérito Civil nº 01/2015, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 27/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 01/2015/1ª PJTOC

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar denúncia referente à inoperância dos conselheiros que compõe o Conselho Municipal do FUNDEB de Tocantinópolis/TO e a existência de servidor fantasma pago com recursos do referido Fundo.

INVESTIGADO: Município de Tocantinópolis/TO

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Tocantinópolis/TO, 05 de julho de 2016.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 02/2015 em Inquérito Civil nº 02/2015, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 28/2016

INVESTIGANTE: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art.10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 02/2015/1ª PJTOC

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa por parte da Prefeita de Santa Terezinha do Tocantins, Itelma Belarmino de Oliveira Resplandes, decorrente da retenção indevida de salário da servidora pública EUDENEA RODRIGUES DOS SANTOS, referente ao mês de dezembro de 2012.

INVESTIGADO: Município de Santa Terezinha do Tocantins

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Tocantinópolis/TO, 05 de julho de 2016.

(63) 3216-7598  
(63) 3216-7575  
[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)  
[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)

